PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO
RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS

TIPO DE AUDITORIA	**: AUDITORIA DE GESTÃO**
EXERCÍCIO	**: 2010**
PROCESSO Nº	**: 08657.006585/2011-20**
UNIDADE AUDITADA	**: 200116 - 5A.SUPERINTEND.DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL**
MUNICÍPIO - UF	**: Rio de Janeiro - RJ**
RELATÓRIO Nº	**: 201109083**
UCI EXECUTORA	**: CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Senhor Chefe da CGU-Regional/RJ,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.° 201109083, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.° 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pelo (a) 5A.Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal.

I - INTRODUÇÃO

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 18/04/2011 a 29/04/2011, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames. Não foram realizadas as análises previstas no item 13, Parte A – Conteúdo Geral, Anexo III da Decisão Normativa TCU nº 110/2010 (avaliação objetiva da posição patrimonial e financeira da entidade, ressaltando os aspectos de confiabilidade das informações e a aderência às normas em vigor), conforme orientação contida no Ofício TCU/ADPLAN n.º 01/2011, de 13/01/2011.

II – RESULTADOS DOS TRABALHOS

3. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-63/2010 e pelas DN–TCU–107/2010 e 110/2010.

4. Em acordo com o que estabelece o Anexo III da DN-TCU-110/2010, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

4.1 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

A 5ª SRPRF-RJ é uma Unidade Jurisdicionada, todavia não é uma Unidade Orçamentária, haja vista que não constam da Lei Orçamentária Anual (LOA) dotações específicas para a realização de seus programas de trabalho e suas ações governamentais, logo não existem metas físicas e financeiras associadas à gestão da UJ.

No item do Relatório de Gestão da UJ, que trata do Desempenho Operacional da Unidade, mais especificamente sobre a identificação das Unidades Orçamentárias, apenas o DPRF é citado.

Em 2010, a 5ªSRPRF-RJ liquidou R$ 8.225.388,38 (oito milhões, duzentos e vinte e cinco mil, trezentos e oitenta e oito reais e trinta e oito centavos), excluídas as despesas com a folha de pagamento de pessoal. O Quadro I apresenta a distribuição da execução da despesa, por programa de governo.

Quadro I - Total liquidado por programa de governo

Programa	Valor Liquidado em 2010	%
0750 - Apoio Administrativo	2.169.503,54	26%
0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais	2.425.977,73	29%
1453 - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania	2.543.138,42	31%
1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	1.039.458,60	13,00%
1463 - Qualidade dos Serviços de Transporte	21.474,68	0%
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	25.041,09	0%
0153 - Sistema de Garantia dos Direitos da criança e do Adolescente	0,00	0%
1449 - Estatísticas e Avaliações Educacionais	794,32	0%
Total Geral	8.225.388,38	100%

Fonte: SIAFI

A 5ªSRPRF-RJ informou, por meio do Memo n.º 036/2011-SAF/RJ, que o Polícia Rodoviária Federal possui 27 unidades desconcentradas, sendo 22 Superintendências Regionais e cinco Distritos.

Informou, ainda, que com base na Instrução de Serviço DPRF n.º 01, de 24/10/2007, o DPRF estabeleceu diretrizes relativas ao planejamento de execução nacional de compras, instituindo as Unidades de Compras Centralizadoras (UCCs) com o objetivo de implantar procedimentos padronizados para suprir as necessidades quantitativas e de prazos de materiais necessários à execução das atividades operacionais e administrativas da sede do DPRF e das Regionais, dentre as quais a 5ª SRPRF-RJ faz parte. As UCCs responsáveis pelas compras centralizadas a serem realizadas no exercício subsequente são definidas nos Encontros Anuais da Área Administrativa e Financeira do DPRF.

4.2 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

No Relatório do Gestão, mais especificamente no item de Indicadores Institucionais, a 5ªSRPRF-RJ reproduz texto fornecido pelo DPRF, que detalha os objetivos dos indicadores utilizados para avaliar os programas 0663 e 1386 e apresenta os resultados da UJ neste exercício, contextualizando os resultados.

Em relação aos Indicadores de Desempenho, do programa 0663, da 5ªSRPRF-RJ, por meio da Portaria DPRF n.º 30, de 30/06/2009, o DPRF estabeleceu indicadores a serem utilizados pelas Unidades Regionais do DPRF no exercício de 2010, bem como as metas a serem alcançadas por cada uma das 27 Unidades Regionais, nos exercício de 2009, 2010 e 2011.

Quadro II – Indicadores de desempenho - 5ªSRPRF-RJ

Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de Cálculo	Utilidade	Mensurabilidade
Percepção de Segurança (Programa 0663)	Pesquisa quantitativa com usuários das rodovias federais brasileiras	[Sensação de segurança (de 1 a 5)+Nota PRF (de 1 a 5)]-[Vítima de crime (sim=1 e Não=0)+Vítima de crime policial(sim=1 e Não=0)+ Parente/amigo Vítima de crime (sim=1 e Não=0) + Parente/amigo Vítima de crime (sim=1 e Não=0)]	Sim	Sim
Taxa de Variação de Acidentes (Programa 0663)	Indica a variação dos acidentes registrados na 5ªSRPRF-RJem relação a frota nacional	N.º de acidentes registrados na 5ªSRPRF-RJ/Quantidade de veículos da frota nacional	Sim	Sim
Taxa de Mortalidade (Programa 0663)	Indica o risco de morte nas rodovias federais sob responsabilidade da 5ªSRPRF-RJ	N.º de mortes registradas na 5ªSRPRF-RJ/Quantidade de veículos da frota nacional	Sim	Sim
Procedimentos de Fiscalização (Programa 0663)	Indica a quantidade de procedimentos de fiscalização realizados pela 5ªSRPRF-RJ	Quantidade de veículos fiscalizados, quantidade de pessoas fiscalizadas e testes de alcoolemia	Sim	Sim
Coeficiente de Adequação das Instalações Física (Programa 1386)	Mede o percentual de unidades com estrutura física, de dados, de comunicações e de viaturas adequadas	{[n.ºpostos adequados nos aspectos físicos (sim=1 e Não=0) + n.ºpostos adequados na estrutura de TI (sim=1 e Não=0) + n.ºpostos adequados no quantitativo de viaturas (sim=1 e Não=0)]/3}/n.º total de postos de cada Superintendência	Sim	Sim

Fonte : Portaria DPRF n.º 30

A Portaria DPRF n.º 49/2010/DG, de 30/06/2010, atualizou as metas existentes na Portaria DPRF n.º 30, detalhamos no Quadro III as metas e resultados alcançados pela 5ªSRPRF-RJ, no exercício de 2010.

Quadro III – Indicadores de desempenho - 5ªSRPRF-RJ

Nome do Indicador	Meta 2010	Resultado 2010	%

Percepção de Segurança	76,00%	Não foi realizada pesquisa de percepção de segurança em 2010	
Taxa de Variação de Acidentes	211,28	216,25	97,70%
Taxa de Mortalidade	7,86%	7,67%	102,52%
Procedimentos de Fiscalização	700954	747891	106,70%
Coeficiente de Adequação das Instalações Física	76,63%	63,42%	82,76%

Fonte: Instrução de Serviço n.º 001/2011 e Relatório de Gestão da 5ª SRPRF

A 5ªSRPRF-RJ em relação às metas estipuladas pela DPRF, realizou 46.937 procedimentos fiscalizatórios além da meta, bem como foi identificada redução da taxa de mortalidade para um patamar abaixo da meta estipulada pela DPRF. A UJ superou as metas estabelecidas pelo DPRF, a exceção da Taxa de Variação de Acidentes que atingiu 97,70% da meta estipulada e do Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas que alcançou 82,76% da meta estabelecida.

De acordo com o Relatório de Gestão, a 5ªSRPRF-RJ não alcançou a meta para o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicasdevido a restrições orçamentárias, que impossibilitaram a reforma da base operacional e a renovação do parque de informática.

Os indicadores de gestão foram definidos pela DPRF, visando a evidenciar os resultados das atividades finalísticas (programa 0663) e a mensurar a adequação das suas instalações físicas (programa 1386) e atendem aos critérios de utilidade e mensurabilidade, estabelecidos para análise.

Tais indicadores foram utilizados pela 5ªSRPRF e refletem com a devida qualidade a situação real do seu desempenho operacional, bem como o prévio e tempestivo estabelecimento de metas de desempenho pela DPRF, por meio das Portarias n.º 30 e 49, norteia os objetivos a serem atendidos pela Unidade Regionalizada sob análise.

4.3 Avaliação do Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

Ao analisarmos o sistema de controle interno da UJ, verificamos que estavam contemplados os seguintes aspectos:

a) Quanto ao ambiente de controle:

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal possui Regimento Interno, aprovado pela Portaria n.º 1375, de 02/08/2007, que apresenta sua finalidade, sua organização e onde são elencadas as competências de todas as unidades do DPRF, bem como as atribuições dos dirigentes.

Verificamos que são utilizados mecanismos de divulgação e conscientização, a todos os níveis da Unidade, acerca da importância dos controles internos para a Unidade (Exemplo: cartilhas ou cartazes com procedimentos para salvaguarda de documentos; atenção quanto ao uso intransferível de senhas e restrições de acesso às instalações da Unidade – paiol de munições, por exemplo).

A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente, bem como existe rede interna (intranet) para divulgação das principais políticas, notícias, diretrizes, normativos, dentre outros.

Existe código formalizado de ética ou de conduta.

Verificamos a existência de uma Corregedoria Regional que atua por meio da designação de Comissões de Ética, cujas delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras de suas responsabilidades.

b) Quanto à avaliação de risco:

Quanto aos objetivos e metas da unidade jurisdicionada, verificamos que Instrução de Serviço é anualmente editada com o propósito de alinhar as ações operacionais a serem desenvolvidas pelas Regionais às diretrizes da Coordenação-Geral de Operações – CGO para o alcance das Metas contidas nos Indicadores do Programa Segurança Pública nas Rodovias Federais – PPA 2008-2011, estando em vigor a Instrução n.º 001/2011, de 11/01/2011.

c) Quanto aos procedimentos de controle:

Verificamos que há sistemática de acompanhamento das alterações na legislação pertinente (como, por exemplo, recebimento eletrônico permanente da legislação atualizada da área de pessoal), bem como a designação de responsável pela análise e divulgação das mudanças, cuja responsabilidade cabe a servidor de carreira, policial rodoviário federal, formado em direito, e que também tem a função de Chefe Substituto da Seção de Recursos Humanos.

Ao tomar conhecimento da publicação no D.O.U., em 11/04/2011, da Orientação Normativa nº 04/2011, pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, que passou a normatizar o pagamento de auxílio transporte, promoveu-se notificação a todas as chefias da Superintendência Regional, a fim de que promovessem ampla divulgação acerca das novas regras, bem como início imediato do recadastramento de todos os beneficiários do referido auxílio.

d) Quanto à informação e comunicação:

Quanto aos instrumentos de comunicação institucional, verificamos a existência de intranet, bem como o envio de informações e/ou orientações a todos os servidores/empregados via e-mail institucional.

e) Quanto ao monitoramento:

Verificamos no Anexo I do documento "Diretrizes para a elaboração do Planejamento Operacional da PRF, que o item 5.g. - "Diretrizes para a Etapa de Supervisão e Controle" preconiza que as atividades contempladas no Acompanhamento Gerencial de Serviço – AGS (I.N. 02/2010 – CG) e nas Inspeções de Gestão Operacional – IGO (I.N. 04/2010 – CGO), bem como suas ferramentas, informações, recomendações e orientações resultantes, deverão ser consideradas para fins de aprimoramento do planejamento das ações e da correção dos rumos de sua execução, sempre na busca da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.

4.4 Avaliação da Situação das Transferências Voluntárias

Verificamos, por meio de consultas no SIAFI e SICONV, que inexistem transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação e termo de compromissos, vigentes em 2010, na 5ªSRPRF-RJ.

4.5 Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios da UJ

Em relação às aquisições e contratações, os gastos realizados pela 5ªSRPRF-RJ foram amparados por empenhos liquidados nas seguintes modalidades:

Quadro IV - Valores liquidados por modalidade

Tipo de Aquisição de bens/serviços	Valor no exercício	% Valor sobre total	Montante analisado	% Recursos analisados
Dispensa	593.962,08	7,00%	25.295,60	4,26%
Inexigibilidade	177.958,80	2,00%	16.171,50	9,09%
Convite	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Tomada de Preços	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Concorrência	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Pregão	6.463.496,52	79,00%	1.679.195,89	25,98%
12-Não se Aplica	989.970,92	12,00%	0,00	0,00%
Total	8.225.388,32	100,00%	1.720.662,99	20,92%

Fonte: SIAFI

Quadro V – Detalhamento do escopo dos exames

N.º da Licitação	Contratada/CNPJ	Valor da Licitação liquidado em 2010	Oportunidade e Conveniência da Lic.	Modalidade da Lic.	Fund.da dispensa	Fund.da inexigibilidade
Pregão Eletrônico 03/2010	ANGEL´S SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA/03372304000178	118.007,75	Adequada	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Pregão Eletrônico 05/2010	AGECOM SISTEMAS DE COMUNICACAO LTDA – EPP/03970263000111	28.188,14	Adequada	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Carona Pregão 03/2010 DPRF	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA/59275792000150	1.305.000,00	Adequada	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Carona Pregão 03/2010 DPRF	MMC AUTOMOTORES DO BRASIL S.A/54305743001170	228.000,00	Adequada	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Inexigibilidade 6/2010	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/11024500001	9.691,50	Adequada	Não se aplica	Não se aplica	Adequado
Inexigibilidade 7/2010	INMETRO/18302318205	6.480,00	Adequada	Não se aplica	Não se aplica	Adequado
Dispensa 13/2010	T. B ENCOMENDAS E DISTRIBUICOES LTDA/04984295000139	8.000,00	Adequada	Não se aplica	Adequado	Não se aplica
Dispensa 8/2010	W M INFORMATICA LTDA ME/40183154000180	7.938,80	Adequada	Não se aplica	Adequado	Não se aplica
Dispensa 11/2010	INSECT NEVER CONSERV.DEDETIZ.LTDA ME/07462953000110	4.950,00	Adequada	Não se aplica	Adequado	Não se aplica
Dispensa 18/2010	CONSTRUCENTER AVEIROS MAT.CONSTRUCAO LTDA/33248162000100	2.562,30	Adequada	Não se aplica	Adequado	Não se aplica
Dispensa 18/2010	GUALTER TEIXEIRA MATERIAL DE CONSTRUCAO ME/31267230000145	300,00	Adequada	Não se aplica	Adequado	Não se aplica
Dispensa 18/2010	KI CORES BAZAR LTDA/07459833000164	1.424,10	Adequada	Não se aplica	Adequado	Não se aplica
Dispensa 18/2010	AGUILAR DAS TINTAS LTDA/29578531000148	120,40	Adequada	Não se aplica	Adequado	Não se aplica
Total Geral		1720662,99				

Fonte: SIAFI

Analisamos a Inexigibilidade n.º 06/2010 e 07/2010 com os seguintes valores liquidados em 2010, R$ 9.691,50 (nove mil, setecentos e noventa e um reais e cinquenta centavos) e R$ 6.480,00 (seis mil, quatrocentos e oitenta reis). Constatamos a regularidade dos processos no que tange ao enquadramento na modalidade licitatória e em relação à oportunidade e conveniência da licitação.

Analisamos os Pregões n.º(s) 03/2010, 05/2010 e a "carona" da 5ªSRPRF-RJ no Pregão 03/2010 da DPRF. Constatamos a regularidade dos processos no que tange ao enquadramento na modalidade licitatória e em relação à oportunidade e conveniência da licitação.

Quanto às dispensas de licitação analisadas, constatamos a regularidade dos processos no que tange ao enquadramento na modalidade licitatória e em relação à oportunidade e conveniência da licitação.

4.6 Avaliação da Gestão de Recursos Humanos

O Quadro VI apresenta a força de trabalho da 5ªSRPRF-RJ, nos últimos 3 exercícios:

Quadro VI – Força de Trabalho

SITUACAO SERVIDOR	**2008**	**2009**	**2010**	**Variação 2009/2010**	**Variação %**
01 – ATIVO PERMANENTE	939	908	848	-60	-6,61%
02 – APOSENTADO	590	595	626	31	5,21%
04 – NOMEADO CARGO COMISSÃO	1	1	0	-1	-100,00%
05 – SEM VÍNCULO	1	0	1	1	100,00%
08 – CEDIDO	2	1	1	0	0,00%
66 – ESTAGIÁRIO	43	47	47	0	0,00%
93 – BENEFICIÁRIO PENSÃO	341	358	358	0	0,00%
TOTAL DE SERVIDORES	**1.917**	**1.910**	**1.881**	**-29**	**-1,52%**

Fonte: SIAPE (TRANSAÇÃO GRCOSITCAR).

Os dados apresentados no Relatório de Gestão da Unidade são compatíveis com o cadastro da 5ª SRPRF - RJ, no SIAPE.

A variação total da força de trabalho da 5ª SRPRF - RJ, nos últimos três exercícios, foi inexpressiva, e as pequenas diferenças verificadas decorrem de aposentadorias, falecimentos, remoções, demissões e exonerações ocorridas no período.

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente da estrutura regimental do Ministério da Justiça, possui uma política de reposição perene de recursos humanos, via concurso público, sendo que em 2008 foram ofertadas 340 vagas e em 2009, 750 vagas, 30 delas destinadas ao Estado do Rio de Janeiro.

A Unidade não possui acesso ao SISAC, sendo todos os lançamentos dos atos de pessoal de responsabilidade da Coordenação-Geral de Recursos Humanos do DPRF, com sede em Brasília/DF.

Os pagamentos dos adicionais de insalubridade e periculosidade analisados estavam devidamente

amparados por portarias de localização e laudo pericial ambiental, sendo que o adicional de periculosidade é devido apenas aos servidores que exercem suas atividades em edificações nas cercanias do paiol de munições.

A 5ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal possui apenas um servidor cedido para a Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro, desde 29/10/2007, conforme processo n.º 08001.001740/2007-40, que se encontra na Secretaria Executiva do Ministério da Justiça para renovação anual da referida cessão.

Não havia cobrança sistemática, ao órgão cessionário, sobre a frequência do servidor, mas ainda durante os trabalhos de campo a unidade providenciou os comprovantes dos meses que se encontravam em aberto. O ressarcimento dos créditos de cessão é controlado pela Seção Orçamentária e Financeira de Pessoal – SOFIP da Coordenação – Geral de Administração do DPRF, em Brasília – DF, conforme controles apresentados pela Seção de Recursos Humanos, existindo uma pendência no valor de R$2.121,88 (dois mil, cento e vinte e um reais e oitenta e oito centavos) que está sendo questionada junto ao órgão requisitante.

Quadro VII - Resumo das Ocorrências na Área de Pessoal

Ocorrência	**A**	**B**
Pagamento de auxílio transporte a beneficiários que fazem uso de transporte intermunicipal, sem comprovação das despesas por meio da entrega ao setor de recursos humanos dos bilhetes de passagem utilizados, amparado em decisão judicial, corroborada pelos normativos internos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF.	201	33
Cento e noventa e quatro servidores membros da carreira de policial rodoviário federal aposentados por meio de fundamentação legal própria de integrantes do magistério federal – professores.	194	194
Pagamento de subsídio com valores informados ou parametrizados.	3	3
Servidor, aposentado após 18/01/1995, percebendo benefício remuneratório "opção de função" – rubrica 173 - aposentado, em dissonância com o inciso III do artigo n.º 186 da Lei n.º 8.112/90, e com o Parecer n.º GQ – 189, publicado no DOU de 26/03/1999.	1	1
Servidores com ocorrência de aposentadoria com provento proporcional, mas gerando pagamentos correspondentes a provento integral.	15	15
Pensionista com 3 instituidores de pensão.	1	1
Beneficiárias de pensão com dois benefícios inacumuláveis.	2	2

Ocorrência	A	B

Legenda:

A – Quantidade de servidores analisados

B – Quantidade de servidores confirmados na ocorrência

As seguintes inconsistências foram corrigidas ainda durante os trabalhos de campo:

- a fundamentação legal correta das aposentadorias dos referidos policiais rodoviários federais foi lançada no SIAPE;

- Pagamento de subsídio com valores informados ou parametrizados;

- Servidores com ocorrência de aposentadoria com provento proporcional, mas gerando pagamentos correspondentes a provento integral.

No que tange ao auxílio transporte antes do início dos trabalhos de campo já havia iniciado um recadastramento geral de todos os beneficiários.

O pagamento das referidas beneficiárias de pensão com dois benefícios inacumuláveis é respaldado em decisões judiciais - mandados de segurança.

A questão do servidor, aposentado após 18/01/1995, percebendo benefício remuneratório "opção de função" – rubrica 173 - aposentado, está sendo tratada no âmbito da Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Diretoria-Geral do DPRF, em Brasília/DF.

A questão da pensionista, com 3 instituidores de pensão, está sendo tratada no âmbito do órgão central do Sistema de Pessoal Civil, Ministério do Planejamento.

4.7 Avaliação do Cumprimento pela UJ das Recomendações do TCU e do Controle Interno

Em pesquisa ao site do TCU verificamos que não foram emitidos acórdãos do Tribunal para a 5ª SRPRF-RJ.

No exercício de 2010 não foram expedidas recomendações da CGU à 5ªSRPRF-RJ.

Por se tratar de unidade da Administração Direta, não existe Unidade de Controle Interno na 5ªSRPRF-RJ.

4.8 Avaliação da Gestão de Passivos sem Previsão Orçamentária

Por meio de consulta ao SIAFI, verificamos que inexistem saldos nas contas contábeis 21211.11.00 (Fornecedores por insuficiência de créditos/recursos), 21212.11.00 (pessoal a pagar por insuficiência de créditos/recursos), 21213.11.00 (encargos por insuficiência de créditos/recursos), 21215.22.00 (obrigações tributárias por insuficiência de créditos/recursos) e 21219.22.00 (débitos diversos por insuficiência de créditos/recursos). Informamos que não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos pela 5ªSRPRF-RJ, no exercício de 2010.

4.9 Avaliação da Conformidade da Inscrição de Restos a Pagar

Concluímos pela conformidade da inscrição de Restos a Pagar da 5ªSRPRF-RJ, no exercício de 2010, nos termos do artigo 35 do Decreto n.º 93.872/86.

Quadro VIII – Síntese das principais achados nos Restos a Pagar analisados

RP inscritos em 2010 (A)	RP analisados (B)	Percentual analisado (B)/(A)	% de RP com inconsistência
2.842.947,58	2.122.055,00	75%	0%

4.10 Avaliação dos Critérios - Chamamento Público

A 5ªSRPRF-RJ não realizou transferências mediante convênio, contrato de repasse e termo de parceria em 2010, logo, não houve chamamento público.

4.11 Avaliação de Contratos e Convênios - SIASG/SICONV

A 5ªSRPRF-RJ não realizou transferências mediante convênio, contrato de repasse e termo de parceria em 2010, logo não utilizou o Sistema de gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria (SICONV).

Verificamos a atualização no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) dos contratos vigentes em 2010.

4.12 Avaliação da Entrega e do Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

Verificamos o cumprimento da Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, de 2007, que dispõe sobre a entrega de Declaração de Bens e Valores que compõem o patrimônio privado dos servidores federais, com o devido arquivamento no Serviço de Pessoal competente.

4.13 Avaliação da Sustentabilidade Ambiental em Aquisições de Bens e Serviços

Na avaliação em relação à adoção de critérios de sustentabilidade na 5ª SPRF-RJ, foi observada a ausência de uma postura proativa em relação às questões de sustentabilidade ambiental desenvolvidas dentro da unidade, porém, não há resistência a mudanças.

Durante os trabalhos de auditoria, a UJ informou que aos poucos está inserindo critérios de sustentabilidade dentro da unidade, tais como: uso de lâmpadas frias, papel A4 tipo reciclado, veículos bicombustíveis, preferência pela aquisição de bens ou produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou de reabastecimento e contratação de empresa de serviços de limpeza, que em seu procedimento licitatório, foi determinado que a empresa contratada procede-se à coleta seletiva de papel para reciclagem, conforme IN/MARE n.º 06 de 03/11/95.

Em relação às aquisições de bens de TI, foram previstos itens relativos às especificações de computadores sustentáveis e TI verde nos editais de licitação.

A unidade também relatou que no exercício de 2010 não foi promovida nenhuma campanha de conscientização da necessidade de proteção ao meio ambiente, embora esteja sendo realizado estudo no sentido de criar um grupo de trabalho para a promoção e efetivação de tais ideias.

4.14 Avaliação da Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Após verificação dos registros contidos no sistema SPIUnet, identificamos fragilidades dos controles internos no Serviço de Patrimônio da UJ em relação à regularização dos imóveis relativos aos Bens de Uso Especial da União sob a responsabilidade da 5ª Superintendência daSRPRF, tais como desatualização das informações dos campos no SPIUnet dos imóveis do "Regime de Utilização" e "Data de Validade da Avaliação do Imóvel de Uso Especial". Polícia Rodoviária Federal – 5ª.

Quadro IX– Imóveis de uso especial sob a responsabilidade da UJ (2009 e 2010)

Localização	Quantidade total de imóveis de uso especial sob a responsabilidade da UJ	
	2009	2010
Brasil	30	30
Exterior	-	-

Fonte: SPIUnet.

4.15 Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação

I) Planejamento Estratégico de TI

O Planejamento Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI está sendo elaborado pela Unidade Central e terá aplicação no âmbito de todo o DPRF. Segundo a Portaria n.º 83, de 02/11/2010, do Diretor Geral, compete ao Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações – CETIC estabelecer as políticas e diretrizes de TI, bem como aprovar o PDTI do DPRF, em observância à Instrução Normativa n.º 04, de 19/05/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento.
A 5ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal é uma unidade desconcentrada do DPRF, cabendo ao órgão central do departamento, com sede em Brasília/DF, o estabelecimento das políticas da instituição, em geral, e elaboração de seu planejamento estratégico, em particular.

II) Política de Segurança da Informação

A Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização, no órgão central do DPRF, com sede em Brasília/DF, é a responsável pela Política de Segurança da Informação (PSI), no âmbito de todo o Departamento, e é operacionalizada por suas quatro Divisões (Modernização e Tecnologias; Projetos de Infraestrutura; Administração de Sistemas e Telemática), bem como pelo Núcleo de Planejamento Institucional.
As medidas de segurança da informação (segregação de funções, implementação de senhas de acesso individual, dentre outras), estabelecidas pelo órgão central, vem sendo cumpridas pela 5ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal.

III) Recursos Humanos de TI

De acordo com o Regimento Interno do DPRF, os Núcleos de Telemática – NUTEL, das Superintendências Regionais, são responsáveis pelas tarefas relacionadas às áreas de TI e de

telecomunicações.

No NUTEL da 5ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal estão lotados sete servidores de carreira, sendo quatro policiais e três agentes administrativos.

O Chefe do NUTEL é policial rodoviário federal e responsável pela supervisão dos estagiários.

Além dos servidores citados, o NUTEL dispõe de quatro vagas de estagiários de nível médio, com carga horária de 20 horas semanais, responsáveis pelo chamado suporte de 1º nível em informática (confecção de senhas, disk-help, dentre outros) e realização de manutenção e instalação de computadores. Atualmente apenas duas vagas de estagiários estão preenchidas.

O perfil dos recursos humanos de TI é adequado e atende as necessidades da unidade.

IV) Desenvolvimento e Produção de Sistemas

Segundo o Regimento Interno do DPRF, aprovado pela Portaria n.º 1375, de 02/08/2007, do Ministro da Justiça, o desenvolvimento de sistemas no âmbito do DPRF é atribuição da Seção de Desenvolvimento de Sistemas, subordinada à Divisão de Administração de Sistemas da Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização da Diretoria-Geral do DPRF, em Brasília/DF.

Todos os sistemas corporativos informatizados utilizados pela 5ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal foram desenvolvidos sob a supervisão da Diretoria-Geral, em Brasília/DF.

V) Contratação e Gestão de bens e serviços de TI

As principais aquisições de bens no âmbito do DPRF são realizadas por meio das Unidades Centrais de Compras, onde uma Unidade Regional fica encarregada de efetuar o procedimento licitatório, na modalidade de registro de preços, contemplando todas as demais Regionais como participantes.

Nos editais e Termos de Referência para aquisições de bens de TI foram previstos itens relativos às especificações de computadores sustentáveis (TI verde), tais como fonte de alimentação mais eficiente, proibição de uso de substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva internacional "Restriction of Certain Hazardous Substances" - Restrição a certas substâncias prejudiciais à saúde.

De fato, ao analisarmos o edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º 10/2010, realizado em 17/12/2010, para aquisição de 2476 estações de trabalho, 794 notebooks e 2476 monitores LCD para a Sede do DPRF, suas Superintendências e Distritos Regionais, sendo 148 estações, 56 notebooks e 148 monitores, destinados a 5ª SRPRF, verificamos as citadas especificações no item 1.14.7 do Anexo I – Especificações Técnicas Mínimas do Termo de Referência do referido Pregão.

5. Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

III - CONCLUSÃO

Eventuais questões pontuais ou formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Rio de Janeiro/RJ, 10 de junho de 2011.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

CERTIFICADO DE AUDITORIA

CERTIFICADO Nº	: 201109083
UNIDADE AUDITADA	: 200116 - 5A.SUPERINTEND.DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL
EXERCÍCIO	: 2010
PROCESSO Nº	: 08657.006585/2011-20
MUNICÍPIO - UF	: Rio de Janeiro - RJ

Foram examinados os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, especialmente aqueles listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010, praticados no período de **01/01/2010 a 31/12/2010.**

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da unidade auditada.

3. Em função dos exames realizados sobre o escopo selecionado, consubstanciados no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201109083, proponho que o encaminhamento das contas dos responsáveis referidos no art. 10 da IN TCU nº 63/2010 seja pela **regularidade**.

Rio de Janeiro/RJ, 29 de junho de 2011

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO Nº	: 201109083
EXERCÍCIO	: 2010
PROCESSO Nº	: 08657.006585/2011-20
UNIDADE AUDITADA	: 200116 - 5A.SUPERINTEND.DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL
MUNICÍPIO - UF	: Rio de Janeiro - RJ

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da CGU quanto ao processo de contas do exercício sob exame, da Unidade acima referida, expresso, a seguir, opinião conclusiva, de natureza gerencial, sobre os principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria, em decorrência dos trabalhos conduzidos por este órgão de controle interno sobre os atos de gestão do referido exercício.

2. Como resultado das políticas públicas executadas por intermédio de suas ações finalísticas no exercício de 2010 a 5ªSRPRF-RJ realizou 46.937 procedimentos fiscalizatórios acima da meta, bem como foi identificada redução da taxa de mortalidade para um patamar abaixo da meta estabelecida pelo órgão central da Polícia Rodoviária.

3. Nos trabalhos de Auditoria de Gestão do exercício de 2010 não foram identificadas impropriedades que tenham impactado o atingimento da política pública a cargo da UJ, tendo sido observada falha formal, referente à desatualização das informações no SPIUnet dos imóveis da Unidade.

4. As causas estruturantes relacionadas à constatação referem-se às fragilidades nos controles internos do Serviço de Patrimônio da 5ªSRPRF-RJ, tendo sido recomendada a correção da falha identificada e a implementação de rotinas a fim de aprimorar a gestão da área patrimonial.

5. Quanto à atuação da Controladoria Geral da União - CGU, foi verificado que não houve, no exercício de 2010, recomendações efetuadas para a Unidade examinada. Também inexistem recomendações pendentes de exercícios anteriores.

6. Quanto aos controles internos, verificou-se, de um modo geral, sua qualidade e suficiência, tendo sido identificado apenas uma falha formal como resultado dos exames de auditoria realizados, objetivando a análise dos atos e fatos de gestão ocorridos em 2010.

7. Acrescenta-se que não foram identificadas práticas administrativas que tenham resultado em impacto positivo sobre as operações da UJ.

Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU/N.º 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, 5 de agosto de 2011